

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



POR QUE O AMOR FICOU DE FORA?

**Uma análise da construção simbólica da nação Brasil e
sua bandeira nacional**

Estrella Belloni Calixto

Trabalho de Projeto
Mestrado em Pintura

Trabalho de Projeto orientada(o) pelo Prof(a). Doutor(a) Fernando António
Baptista Pereira

2023

RESUMO

O presente trabalho de projeto, desenvolvido em curso na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, visa fazer um resgate histórico e evolutivo da bandeira do Brasil até sua forma atual. Analisa-se sua iconografia a fim de discorrer e refletir, de maneira crítica, o quanto ela abraça e representa a totalidade e pluralidade da nação brasileira, levando em consideração os três povos basilares dessa sociedade. Por fim, por meio de um projeto plástico desenvolvido no médio têxtil, abordam-se percepções e expressões pessoais sobre as faltas e amores dessa nação e seu símbolo pátrio.

Palavras-Chave: Bandeira; Resignificação; Têxtil; Simbolismo.

ABSTRACT

The present project, developed at the Faculty of Fine Arts of Lisbon, aims to review the history and evolution of the Brazilian flag, up to its current form. It's iconography is analyzed in order to discuss and critically reflect on how much it embraces and represents the totality and plurality of the Brazilian nation, taking into consideration the three foundational peoples of its society. Finally, through a textile-medium artistic project, it addresses personal perceptions and expressions of the voids and loves of this nation and national symbol.

Keywords: Flag; Re-signification; Textile; Symbolism.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, logo para meu desenvolvimento pessoal. Agradeço ao meu orientador e professores da Belas Artes. Agradeço a minha família por ter me dado suporte e encorajamento para seguir adiante com essa etapa, mesmo estando longe. Agradeço aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante todo esse processo. Por fim agradeço e dedico esse trabalho ao meu país que, dentre tantas qualidades e defeitos, é minha casa; que essa minha conquista, represente a ti, Brasil, uma conquista.

Índice

Introdução	8
Capítulo I- Uma análise da bandeira do Brasil	10
Resgate histórico sobre a bandeira: do Brasil colônia à República	10
Bandeira do Principado do Brasil	11
Bandeira Imperial do Brasil	12
Bandeira Provisória da República e a atual Bandeira do Brasil	15
Capítulo II- Aspectos da construção simbólica da terra Brasil	21
Povos originários e a construção simbólica da terra Brasil	21
Povos africanos e a construção simbólica da terra Brasil	26
O papel da arte no processo de ressignificação da bandeira brasileira	32
Capítulo III- Propostas de projetos plásticos em torno da Bandeira do Brasil	37
Projeto I- Boitató	38
Projeto II- “Sem Título”	39
Projeto III- Proposta de Prática Colaborativa	40
Discussão	41
Conclusão	43
Bibliografia	45

Introdução

A partir do ano de 2013 inicia-se no Brasil um movimento que iria tomar grande proporção nos anos seguintes, consolidando-se em 2018, quando o então deputado e hoje ex presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, concorre e se elege a presidência do país. O movimento referido é a captura e reivindicação da bandeira nacional por parte de movimentos conservadores, mais especificamente, da nova direita brasileira.

Ao longo do mandato de Bolsonaro, que devido a sua formação militar tem uma reverência quase que natural aos ícones da pátria, em meio a suas atitudes e declarações problemáticas, esse movimento conservador tomou grande potência e espaço por todo o país (LOURENÇO, 2022). A situação é bastante emblemática já que nesse momento da história do Brasil, apesar de não ser único, a bandeira nacional passa a representar um grupo específico da população, denunciando principalmente seu pensar político mas também, de certa forma, pensares éticos e morais.

O ponto de partida dessa pesquisa se dá acerca de reflexões sobre essa apropriação simbólica e seus desdobramentos. Inicialmente, qual foi o processo de construção da bandeira nacional brasileira? Quais são os verdadeiros significados por de trás de seus atributos, sejam eles cores, formas e ícones? Qual a origem do lema “Ordem e Progresso” e por que ele atravessa a bandeira? A partir dessas questões que a investigação se iniciou.

O presente trabalho tem como enfoque um estudo analítico sobre a bandeira do Brasil e tal pesquisa foi desenvolvida ao longo de três capítulos. O primeiro capítulo baseia-se em um resgate histórico no que se refere à construção desse símbolo pátrio, passando por algumas versões da bandeira até sua forma final, a qual conhecemos hoje. As principais fontes bibliográficas desse capítulo são os livros “A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais”, do autor Raimundo Olavo Coimbra e “A História dos Símbolos Nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino”, do autor Milton Luz, e também dois trabalhos acadêmicos, “Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem o Brasil” desenvolvido por Ricardo Seyssel e “A bandeira entre a estética e a política” por Roberta Chaves de Oliveira. As bandeiras selecionadas e discutidas, que serão: Bandeira do Principado do Brasil, Bandeira Imperial do Brasil, Bandeira Provisória da República e a Bandeira da República, foram colocadas de forma cronológica e delas serão considerados e descritos de forma segmentada o seu contexto histórico, descrição analítica e significado cultural.

Com o objetivo principal de avaliar as questões simbólicas levantadas anteriormente, o capítulo 1 abriu espaço para novas indagações. O resgate das bandeiras traz em si a história da formação do país e de sua população através de seus processos políticos, sociais e econômicos. Por muitos o Brasil é conhecido como o país da miscigenação, o que não deixa de ser fato, mas mesmo sua população sendo fruto da mistura, sabe-se que uma grande questão do país é a desigualdade social, uma desigualdade social que tem cor e classe. Logo, questiono quais os mitos envolvidos na narrativa da miscigenação do povo brasileiro, frequentemente retratada de forma pacífica e natural. Como de fato ocorreram esses encontros e trocas? Quais são as contribuições desses múltiplos povos para a formação do país? Em qual momento as narrativas indígenas e africanas sofrem esse apagamento histórico e qual o impacto disso na sociedade brasileira atual? Onde esses povos estão retratados na bandeira?

O segundo capítulo, dividido em três partes, aborda então essas questões. Na primeira parte tem-se o enfoque nos povos originários, seus costumes, cultura e interação com os povos europeus; em seguida, partindo da mesma metodologia de construção, discorro sobre os povos africanos trazidos ao território brasileiro. Nessa capítulo, as principais fontes bibliográficas são os livros “O banquete dos deuses” de Daniel Munduruku, “A terra dos mil povos” de Kaká Werá Jacupé, ambos autores indígenas e o podcast *Projeto Querino*, que trás a história do Brasil por uma ótica afrocentrada. Vale frisar que não me aprofundarei demasiado na temática da construção da cultura e identidade nacional, primeiramente pelo presente trabalho não ser categorizado como um estudo sociológico e por ser um assunto demasiado extenso para ser tratado em apenas um tópico ou capítulo.

Por fim, a terceira e última parte volta-se para minhas produções e expressões artísticas, as quais tateiam algumas dessas problemáticas citadas a cima. Discorrerei de forma mais pessoal o que me motivou a escolher essa temática para então introduzir três projetos, passando por suas significações, processos e materiais, seguido então de uma conclusão.

Capítulo I- Uma análise da bandeira do Brasil

Resgate histórico sobre a bandeira: do Brasil colônia à República

Quando falamos de uma bandeira, símbolo de uma nação, podemos ou não tocar no íntimo de sua construção; o que e quem ela representa? O que significa e expressa? E até mesmo o que deixa de fora? Há muito que a humanidade utiliza desse símbolo com a finalidade de representação de grupos culturais, religiosos, famílias e após um tempo tornam-se também “representações vivas das nacionalidades, inclusive modificando-se em decorrência de mudanças verificadas na estrutura política do país” (COIMBRA, 2000), como por exemplo na Bandeira Imperial do Brasil, na qual o regime monárquico é expresso pela figura da coroa.

Outro fator relevante que também pode ser simbolizado na bandeira são os valores éticos da nação, como na atual bandeira brasileira que leva o lema “Ordem e Progresso”, indicativo de uma aspiração moral e política (COIMBRA, 2000). Além dessas, outras representações que também podem ser encontradas em bandeiras são: religião, língua, elementos da economia nacional, folclore, geografia, e uma importante de se ressaltar nesse estudo é a constituição racial da população. No Brasil tiveram alguns projetos para a bandeira republicana que, como símbolo das três raças constituintes dessa sociedade, incluíam as cores preto, vermelho e branco (COIMBRA, 2000), mas como é sabido a ideia não foi adotada.

O enfoque desse estudo será a atual bandeira brasileira e sua relação com a população, como e se de fato ela expressa a realidade social e cultural do país. Mas para realizar essa análise é necessário um breve resgate histórico das bandeiras anteriores, passando não por todas, mas pelas versões mais relevantes dentro desse escopo. No decorrer desse processo poderão ser citadas também bandeiras portuguesas, que de alguma forma foram importantes na construção da Bandeira da República. Seguindo a metodologia organizacional utilizada pelo autor Raimundo Olavo Coimbra no livro “A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais”, das versões selecionadas serão considerados e descritos: contexto histórico, descrição analítica e significado cultural. A escolha de seguir esse método se deu devido a segmentação dos conteúdos, facilitando assim a explicação e compreensão dos mesmos sem que o estudo se perca acerca de relatos históricos, que apesar de importantes, não são o foco principal. As bandeiras selecionadas, listadas aqui de maneira cronológica, serão: Bandeira do Principado do Brasil, Bandeira Imperial do Brasil, Bandeira Provisória da República e por fim a Bandeira da República.

Bandeira do Principado do Brasil

Como sabemos, foram hasteadas em solo brasileiro diversas bandeiras portuguesas. A primeira delas a ser fincada em solo nacional foi a da Ordem de Cristo, representando a ordem rica e poderosa de financiadores das grandes navegações lusitanas, a qual teve extrema influência nos primeiros anos da formação do país. Depois dela vieram outras, que com o passar do tempo foram transitando para um caráter mais “próprio”, a princípio não de estética ou representação, mas próprio no sentido de território e potência do que haveria de ser o Brasil.

O pensamento de tornar o Brasil em sede do reino português veio no reinado de D. João IV, ideia depois retomada pelo sucessor D. João VI. No ano de 1645 D. João VI elevou o Brasil a categoria de Principado (como parte integrante da nação portuguesa), quando confere ao seu filho Teodoro, o título de “Príncipe do Brasil”. O ato se dá por diversos fatores, além de vitória contra os holandeses em Pernambuco e grande crescimento nacional devido ao comércio, o filho de João apresentava sinais de neurose, que o levavam a questionar e duvidar se seriam respeitados seus direitos reais de sucessão, portanto, apesar de díspares, tais foram as razões que levaram o Rei a essa decisão. Foi criada então a Bandeira do Principado do Brasil (dita também Bandeira do Comércio do Brasil) para comemorar o feito.

A bandeira¹ leva fundo branco no qual repousa uma esfera armilar dourada, por cima dela um globo azul, encimado pela cruz da Ordem de Cristo. De acordo com Olavo Coimbra, a esfera armilar vem desde a bandeira pessoal de D. Manuel, referenciando importantes descobertas marítimas, mas para os brasileiros vinha recordar a soberania portuguesa, em cujo reinado Brasil foi “descoberto”. A esfera vem como a simbologia do globo, da expansão; preparou antecedente histórico para a figura central e suporte das estrelas da futura bandeira da repúblicas. A Cruz de Cristo, apesar de ter prevalecido em muitas bandeiras até esse ponto da história, nessa bandeira exclusiva do Brasil, sua introdução não é aleatória ou meramente religiosa, o símbolo liderou nossa “descoberta”, conquista e amplas faixas de colonização.

¹ Figura I do anexo.

Bandeira Imperial do Brasil

Na manhã de 12 de outubro de 1798, no Palácio Real de Queluz, arredores de Lisboa, nasce o 4º filho homem do príncipe regente D. João VI e da infanta Carlota Joaquina; com a morte de seu irmão mais velho, Francisco, Pedro de Alcantara se torna herdeiro do trono português. Aos 9 anos, fugindo das tropas de Napoleão em novembro de 1807, embarca com a família em um navio rumo a colônia tropical Brasil. Aos 19 anos se casa com Maria Leopoldina, arquiduquesa, filha do imperador da Áustria, Francisco I; com ela tem sete filhos, entre eles D. Pedro II, seu sucessor (PROJETO QUERINO, ep.2, 2022).

Em abril de 1821, pressionado pela revolução liberal do porto, seu pai D. João retorna a Portugal, deixando Pedro como príncipe regente do Brasil. Em seu novo cargo, não demora para colocar em prática princípios liberais. Durante sua regência, D. Pedro vive uma relação conturbada com as Cortes lusitanas, que resistem a autonomia de governo da ex colônia, agora parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Ele se recusa a retornar a terra natal como lhe é exigido e em 9 de janeiro de 1822 acontece o Dia do Fico, com o príncipe regente garantindo sua estadia em terras brasileiras. Então a crise se instaura de vez e uma guerra é iminente (PROJETO QUERINO, ep.2, 2022).

É no reinado do Príncipe Regente, Dom Pedro I que foi proclamada a independência brasileira da metrópole lusitana, e sua permanência no país foi de suma importância para que o Brasil alcançasse esse lugar. A nação não desejava de fato uma separação, era comum o senso de união do dual reino que fora instituído. Porém, se vendo ameaçado, Portugal já não aceitava a condição de reino do Brasil, querendo rebaixá-lo novamente a colônia, assim colocando em cheque conquistas da nação, como por exemplo seu governo próprio; diante desse entrave são quebrados os laços com a metrópole.

No dia 3 de junho de 1822, D. Pedro I convoca uma Assembléia Constituinte, ato preliminar para a separação dos países, afim de arquitetar a independência brasileira. Em 1º de agosto do mesmo ano foi emitida a ordem que proibia o desembarque de tropas portuguesas em solo brasileiro. Por fim, no dia 7 de setembro, é proclamada a emancipação política da nação em um ritual que a tradição descreve:

“depois de proferir o brado *Independência ou Morte* e de ordenar *Laços Fora!*, arrancando do chapéu (ou do braço, segundo outros) o tope português, D. Pedro exclamou: "Doravante teremos todos outro laço de fita, verde e amarelo. Serão as cores nacionais".”(COIMBRA, 2000, p.263)

Antes de seguir, é importante desmistificar a mitologia da cena do grito da independência gravada na memória coletiva brasileira. Em 6 de setembro, Dom Pedro I parte do Rio de Janeiro e desce a Serra do Mar até Santos, a fim de visitar a família de seu braço direito José Bonifácio, as fortificações da artilharia e a casa de pólvora de Santos. Depois desse trajeto volta a São Paulo e é nesse momento de retorno que ocorre um encontro entre sua comitiva, o patrono dos correios brasileiros e outros oficiais que trazem cartas e discussões que ocorreram no conselho de estado, presidido por sua esposa, Maria Leopoldina, designada como regente interina (CAVALCANTI, 2022). Ou seja, nesse momento a Independência já havia sido declarada, D. Pedro I apenas a ratificou.

Um elemento que fortifica a imagem do grito nas margens do Rio Ipiranga é o quadro *“Independência ou Morte”*² de Pedro Américo, uma pintura épica que hoje se encontra no Museu do Ipiranga (São Paulo), apesar de sua importância foi produzida 76 anos depois do acontecimento, sendo ela pintada em 1888. Outra construção que vale ser revisada aqui é que o ato da independência como um todo foi sereno, sem brigas e guerra de fato, mas na realidade foi um momento truculento, com diversas guerras e mortes (PROJETO QUERINO, ep.2, 2022).

Esclarecido os mitos da independência, no dia 18 de setembro firmavam-se os primeiros atos oficiais do Brasil independente; para esse estudo o mais importante deles é o terceiro, que foi a criação da bandeira nacional³. Eis o decreto de D. Pedro I:

“Havendo o Reino do Brasil, de que sou Regente e Defensor Perpétuo, declarado a sua emancipação política, entrando a ocupar na grande família das nações o lugar que justamente lhe compete, como nação grande, livre e independente; sendo por isso indispensável que ele tenha um escudo real d'armas, que, não só se distinga dos de Portugal e Algarve até agora reunidos, mas que sejam características deste rico e vasto Continente; e desejando eu que se conservem as armas que a este Reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI, meu Augusto Pai, na carta de lei de 13 de maio de 1816; e ao mesmo tempo rememorar o primeiro nome que lhe fora imposto no seu feliz descobrimento, e honrar as 19 províncias compreendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturais e que formam a sua integridade que eu jurei sustentar; hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado determinar o seguinte. será, dora em diante, o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde, uma esfera armilar de ouro, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco como emblemas de sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da nação. A bandeira nacional será composta de um paralelogramo verde, e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil" (LUZ, 2005, p.63)

Segundo próprio D. Pedro, a bandeira haveria sido desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, membro da Missão Artística Francesa contratada por D. João VI, no intuito de

² Figura II do anexo.

³ Figura III do anexo.

impulsionar a cultura local (SEYSSEL, 2006). Antes de tornar-se império o Brasil foi construído como reino, por isso na primeira bandeira, decretada dia 18 de setembro, encontra-se uma coroa real sobre o brasão. No dia 1º de dezembro é promulgado por D. Pedro I um novo decreto, que substituiu a coroa real pela imperial⁴; a mudança se dá devido a extensão territorial do país, que se enquadrava mais como império que reino.

Aproveitando a descrição dada no decreto, a bandeira constituiu-se de um paralelogramo verde, no qual se inscreve um losango amarelo, no centro deste o Escudo de Armas do Brasil contendo: uma esfera armilar dourada, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, circundada por uma orla azul com 19 estrelas prateadas, firmada com a coroa real sobre um escudo verde, este abraçado por dois ramos, um da planta do café e a outra do tabaco. Ficou particularizado “verde primavera” para o retângulo e “amarelo ouro” para o losango.

A primeira bandeira que representou o país com exclusividade foi a bandeira do “Principado do Brasil”, apesar de nessa época o Brasil ainda ser dependente de Portugal. É no ano de 1822 que surgiria a primeira bandeira nacional, insígnia de nação livre e independente. É interessante analisar e ressaltar os símbolos e cores escolhidos para tal: a cruz da Ordem de Cristo, um símbolo quase oficial da nação portuguesa e sua expansão territorial, que de modo geral recorda o próprio achamento e toda fase do Brasil-Colônia; a esfera armilar foi insígnia de D. Manuel I, grande e poderoso rei da expansão lusa; o verde também já era antigo e presente na representação da nação lusa, caracterizando grandes momentos políticos da mesma, assim como a cor amarelo, que desde 1250 coloria o pendão do reino; por fim os ramos de café e tabaco, produtos que não eram de exclusividade do Brasil para poderem representá-lo, nem tampouco eram os principais produtos da economia brasileira, como por exemplo o ouro ou o açúcar (COIMBRA, 2000), bastariam para representar apenas a escravidão, que permitiu e alavancou o estruturar econômico do país.

Dadas tais observações, não parece difícil que pelas semelhanças, D. Pedro não quisesse se afastar dos modelos portugueses; quanto a isso nunca houve nenhum pronunciamento por parte do príncipe, a não ser sua insistência em manter o verde e amarelo por representarem “a riqueza e primavera eterna do Brasil”. Logo, o povo entendeu a ligação das cores com a riqueza natural brasileira. Há dois pontos relevantes sobre esse tópico que aparecem no estudo de Ricardo Seyssel; ele diz que desde o ano de 1640, tempo da Revolução Portuguesa, o verde marca o início da dinastia de Bragança, a qual D. Pedro de Alcântara era herdeiro; o amarelo provém da Casa de Habsburgo-Lorena, família imperial austríaca, da qual D. Maria Leopoldina era herdeira (SEYSSEL, 2006).

⁴ Figura IV do anexo.

Bandeira Provisória da República e a atual Bandeira do Brasil

Houve diversas causas e fatos que estabeleceriam a modificação da bandeira imperial ao romper da república. A primeira delas foi a onda anti imperial que se alastrou nos últimos anos do segundo império; instaurou-se a discórdia entre os brasileiros defensores da monarquia e os defensores da república e tal fato, além de questões econômicas e estruturais, liga-se diretamente com a bandeira. Os monarquistas se apegavam tanto a esse símbolo que se mostrava improvável que republicanos não quisessem modifica-lo ao máximo. Muitos quiseram aboli-la pois a julgavam como atributo do regime imperial.

A segunda causa foi a influência positivista. Criado pelo filósofo francês Auguste Comte, a corrente filosófica chamada de Positivismo defende que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro, dado isso, a experiência sensível seria a única a produzir de fato dados concretos (positivos) acerca do mundo físico ou material, sempre a partir da observação dos fenômenos. Comte criou também a Religião da Humanidade, ou religião positiva, que tem o seguinte dizer: “Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim.”. Assim, o altruísmo é a palavra de ordem, e partindo dela o objetivo da humanidade era aceder para o aprimoramento intelectual e moral (SEYSSEL, s.d.).

Distintivamente da Europa, onde o positivismo se prestava como justificção as novas atitudes da burguesia fundamentadas na fé sobre o progresso da humanidade, nas Américas ele tinha um robusto cunho político. Assim, no Brasil o positivismo estimulava aspirações revolucionárias da classe média urbana, se solidificava nas cidades e principalmente nas academias de Direito, a fim de criar e redefinir uma consciência da realidade nacional ante a ordem político-social vigente. É por esse recurso de conduta social que o movimento republicano começa a abrir caminho para se fortificar perante a estrutura política estabelecida. Nesse momento vislumbrava-se uma nova era do pensamento brasileiro, progresso do espírito científico escoltando ideias de desenvolvimento científico e tecnológico (SEYSSEL, 2006).

Mergulhados nesses ideais, a doutrina positivista tornava-se um assunto discutido em oposição a metafísica reinante no Brasil desde a Independência. Quem liderou a manifestação doutrinária foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), matemático e físico, era também professor na Escola Normal e na Escola Militar, onde ensinava e ao mesmo tempo difundia fundamentos positivistas. Era muito prestigiado pelos jovens oficiais e por conta desse status, os conduziu ao movimento republicano.

“Desta maneira, angariando para si as consciências das classes privilegiadas, a doutrina positivista se propaga nas escolas, influenciando os jovens que possuíam, até então, uma cultura mais literária do que científica, até porque, naquele período histórico da nação, somente os militares, médicos e engenheiros se aprofundavam nos estudos científicos.” (SEYSSSEL, 2006, p.96)

Assim, os ideais republicanos ganhavam apoio junto a população e a elite intelectual, já embasada e integrada aos ideais comtianos. Já a monarquia via seu fim, seria inevitável a derrota de seu sistema que perdurou por 67 anos pelo poder emergente do Exército brasileiro.

A queda da monarquia ocorreu no dia 15 de novembro de 1889, por um golpe militar liderado por Marechal Deodoro da Fonseca. O descontentamento com a monarquia crescia há algum tempo por conta de fatores como: crise econômica gerada pela queda dos preços internacionais de *commodities* como o açúcar, borracha, tabaco, mas principalmente do café que representava cerca de 60% do total das exportações brasileiras (PROJETO QUERINO, ep. 2, 2022); além da pressão por mudanças políticas e insatisfação da elite brasileira gerada principalmente pela abolição da escravidão, que afetou por completo a camada social da elite cafeeira.

A mudança de regime trouxe consigo a mudança da bandeira do país; durante quatro dias foi usada uma bandeira provisória⁵ que não chegou a ser empregada, mas foi posta no navio *Alagoas*, qual transportou de volta a Europa a Família Real. A Bandeira Provisória da República de cara expressa semelhança bastante evidente com a bandeira estadunidense, alterando apenas suas cores, sendo o verde e amarelo postos no lugar do vermelho e branco, e o número de estrelas. Por fim foi trocada por uma mais próxima simbolicamente a bandeira imperial.

O terceiro motivo relacionado a mudança estética da bandeira foi “a fuga positivista de qualquer imitação norte-americana” (COIMBRA, 2000, p. 298), por conta de receios que o símbolo nacional pudesse se fazer crer uma inexistente filiação entre os povos, e que se perdessem as tradições latinas e pensamento nacional.

Por fim, o novo projeto da bandeira republicana⁶ foi idealizado por Raimundo Teixeira Mendes, juntamente com Miguel Lemos; a projeção das estrelas foi dada pelo professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica; e o desenho, feito por Décio Vilares. Hoje a tela original pode ser encontrada na Igreja Positivista do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. O projeto foi aprovado pelo chefe do governo provisório, Marechal Deodoro, que emitiu um decreto

⁵ Figura V do anexo.

⁶ Figura VI do anexo.

chamado de “decreto número 4”, estabelecendo os distintivos da bandeira e armas nacionais e selos e sinetes da República. A seguir sua transcrição:

Decreto no 4 de 19 de Novembro de 1889

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da Pátria; Considerando, pois, que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações;

Decreta:

Art. 1o - A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais - verde e amarelo - do seguinte modo : um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda - Ordem e Progresso - e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do CRUZEIRO, dispostas na sua situação astronômica, quanto a distância e ao tamanho relativos, representando os Vinte Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no anexo 1.

Art. 2o - As armas nacionais serão as que se figuram na estampa anexa, no 2.

Art. 3o - Para os selos e sinetes da República, servirá de símbolo a esfera celeste, qual se deixa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras - República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 4o - Ficam revogadas as disposições em contrário. - Sala das sessões do Governo Provisório, 19 de novembro de 1889, 1o da República.

Assinaturas no decreto:

Marechal Deodoro da Fonseca - Chefe do Governo Provisório Quintino Bocaiúva

Aristides da Silveira Lobo

Rui Barbosa

M. Ferraz de Campos Sales

Benjamin Constant Botelho de Magalhães Eduardo Wandenkolk

A redação deste decreto foi realizada por Rui Barbosa. (Apud COIMBRA, 2000, p. 300)

Quando comparada com a bandeira do império, podemos notar que na atual apresentam-se elementos antigos: as estrelas prateadas, o losango amarelo e o paralelogramo verde; assim como elementos novos: o losango solto no retângulo ao invés de tocando nas bordas, a nova disposição das estrelas, a esfera azul, a inscrição e a faixa branca que a cruza. A esfera armilar, herdada de D. Manuel I, foi substituído pelo globo azul; a Cruz da Ordem de Cristo, pelo Cruzeiro do Sul; a orla estelar do pavilhão imperial substituído pelo céu. O inscrito, por um resumo da frase de Comte “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”. É dito que a disposição das estrelas reproduz o alvorecer do céu do Rio de Janeiro no dia da Proclamação da República. Já a zona branca é símbolo do zodíaco, da eclíptica-plano da órbita terrestre (SEYSSEL, 2006, p. 103).

Quatro cores aparecem na bandeira: verde, amarelo, azul e branco. O verde não fora especificado no decreto, mas tonalidade tradicional é a mesma da bandeira do império, o verde primavera; o amarelo, também não especificado, segue a matiz do pavilhão de 1822; no decreto

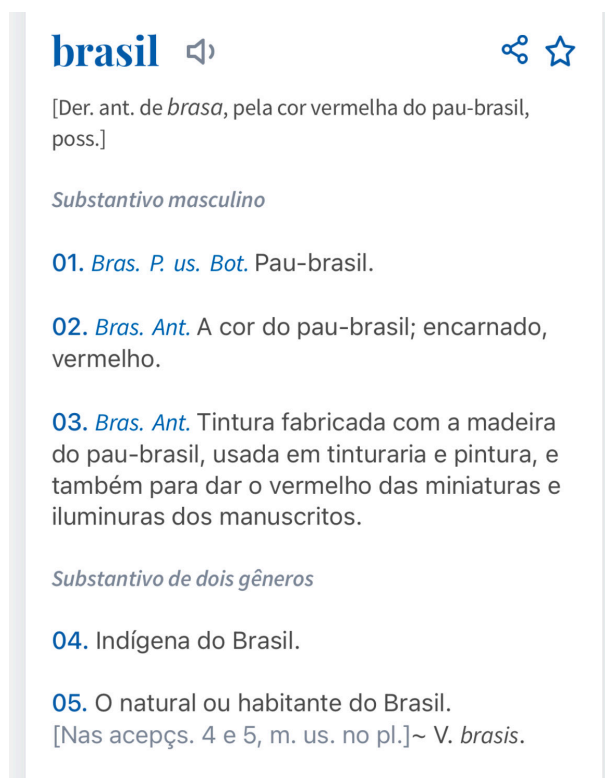
especifica-se o azul, celeste e a legenda, escrita em verde (BANDEIRA, 2011). Não tão vulgarmente, as cores verde e amarelo ficaram reconhecidas como representação das riquezas minerais e naturais do Brasil.




A partir dessas descrições e apontamentos é possível levantar uma série de problemáticas a respeito da Bandeira da República. Inicialmente, sua semelhança com a bandeira imperial, basicamente as alterações feitas foram os elementos internos e o tamanho do retângulo, tais heranças figurativas de certa forma recordam o tempo em que o país ainda era subjugado como colônia. O lema positivista no pavilhão brasileiro também gera desconforto, principalmente por sua conotação autoritária, também levando em conta o fato de que a queda do império se deu por meio de golpe militar. Existe uma série de estudos mostrando erros heráldicos, de sintaxe visual e também astronômicos (LUZ, 2005) presentes nessa bandeira, que em sua conjuntura geram incômodos.

Fica claro que a simbologia nacional encontra-se oprimida por estrangeirismos, a relação estado/estrela da bandeira dos Estados Unidos, as cores e símbolos majoritariamente portugueses e por fim o lema positivista “Ordem e Progresso”, proveniente do francês Auguste Comte. Não nota-se em parte alguma a representação da palavra *brasil*.

De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, essa é a definição de *brasil*:

Figura VII



brasil   

[Der. ant. de *brasa*, pela cor vermelha do pau-brasil, poss.]

Substantivo masculino

01. *Bras. P. us. Bot.* Pau-brasil.

02. *Bras. Ant.* A cor do pau-brasil; encarnado, vermelho.

03. *Bras. Ant.* Tintura fabricada com a madeira do pau-brasil, usada em tinturaria e pintura, e também para dar o vermelho das miniaturas e iluminuras dos manuscritos.

Substantivo de dois gêneros

04. Indígena do Brasil.

05. O natural ou habitante do Brasil.
[Nas acepçs. 4 e 5, m. us. no pl.]~ V. *brasis*.

Portanto, temos que seu significado remete a cor vermelha pela conexão com a brasa e sua coloração incandescente/avermelhada, pela alusão ao pigmento vermelho advindo do *Pau-brasil*, usado para tingimento de roupas e dar cor as iluminuras de manuscritos e por fim temos a relação do indígena do Brasil, dado sua associação com a “pele vermelha” provavelmente por conta das pinturas corporais feitas por diversos povos originários a partir do Urucum/Urucu, fruto nativo da América tropical cujo nome, oriundo do tupi, também significa vermelho.

Esse mapeamento da palavra brasil nos remete expressamente a coloração vermelha ao mesmo tempo que nos apresenta uma série de características brasileiras primais, o que já estava lá antes da “invenção” do Brasil. Toca em tradições originárias, compartilhada por muitos povos que lá habitavam pré-chegada dos europeus, assim como toca na intersecção dessas culturas a partir da extração e mercantilização do *Pau-brasil*, matéria pela qual o país ficou conhecido mundo a fora e que eventualmente nomeou aquela terra (BRASIL, 2018).

Voltando nossa atenção a bandeira, nela nada aponta para o nome Brasil, nem cor, simbolismo ou imagem. Isenta-se no símbolo nacional algo que tenha a ver com o Brasil e os brasileiros, apaga-se toda uma existência de histórias, vidas, culturas daqueles pré “descobrimento”. A bandeira do Brasil foi construída em alicerces de convicções pessoais, de apenas um grupo sobre todos os demais, tendo principalmente a ideia positivista sobreposta as demais divergências políticas e culturais de sua população. Sem personalidade legítima, nega-se a própria história, as próprias dores, amores e esperanças, o simbolicamente essa falta de uma representação mais legítima e precisa não apenas nos recorda do nosso período colônia, como de certa forma nos coloca novamente nesse lugar.

A bandeira sofreu pequenas alterações ao longo dos anos, no número e tamanho de algumas estrelas, fora isso permanece a mesma. No ano de 1964 o Brasil sofre um novo golpe militar, porém dessa vez não houve troca de bandeira, mas modificou-se o nome do país- de Estados Unidos do Brasil, passa a ser República Federativa do Brasil (LUZ, 2005).

Três Raças Tristes

O índio amigo
Perdeu terras
Perdeu mar
Perdeu sua inocência
E seus rios de pescar

O negro alegre
Do seu lar se separou
Perdeu sua liberdade
Na senzala então cantou

O branco trouxe
Sua fé sua ambição
Tudo que ele acreditava
Fosse a civilização

Muita coisa se escondeu
Muito grito o mar levou
Mas o sangue não se esquece
Muita dor se misturou

Curimã, curiê
Tudo em volta ainda sangra
De três raças tristes
Foi que nasceu meu samba

Reginaldo Bessa, 1978

Capítulo II- Aspectos da construção simbólica da terra Brasil

Povos originários e a construção simbólica da terra Brasil

Um país de raízes complexas como o Brasil necessita de uma introdução sobre sua fundamentação quanto a mistura de suas três raças constituintes, para que assim possamos entender seu contexto atual. É de suma importância lembrar que o Brasil é conhecido por sua diversidade, tanto racial quanto cultural, fruto da mistura dos povos originários, europeus e africanos que ocorreu ao longo de sua história. A miscigenação é responsável pela formação dessa sociedade plural e multifacetada, com características tanto únicas como atribuladas. A compreensão das relações entre essas raças e culturas é fundamental para entender a dinâmica social, política e econômica do país, bem como suas desigualdades e desafios históricos.

Começemos então pelo início, com os povos originários que, de acordo com o autor Kaká Werá Jacupé, já habitavam o território brasileiro há cerca de 14 a 16 mil anos antes da chegada dos portugueses em 1500; não se sabe ao certo quantos povos lá haviam nesse momento, mas estima-se que em torno de mil, sendo possível que totalizassem uma população de 5 milhões de pessoas (MUNDURUKU, 2009, p.39). No primeiro desembarque dos portugueses houve o encontro com povos que falavam a língua tupi, como os Tupinambá ou Guarani, por isso essa língua acabou ganhando espaço e grandes contornos na cultura brasileira, sendo estudada e falada pelos primeiros colonizadores. O tupi chegou a ser a língua mais falada no Brasil até o século XVIII, até Marques de Pombal decretar sua proibição, para que Portugal não perdesse controle sobre a hegemonia política e cultural (MUNDURUKU, 2009).

Em 1500 os povos das tribos Tupi não representavam a generalidade dos habitantes brasileiros. Eram conhecedores do litoral, da arte da navegação e da guerra, tinham a característica de serem conquistadores de seus inimigos habitantes do interior brasileiro, a quem chamavam de tapuias, significando “bárbaros”. Os “tapuias” por sua vez eram povos falantes da língua jê e estima-se que chegaram há 3 mil anos pelo sul do Brasil, provenientes das regiões andinas, trazendo consigo a cultura do milho e do feijão, que vieram por espalhar pelas regiões secas do Centro-Oeste e Nordeste.

Os Jê são povos de tradição guerreira, mantiveram o espírito de resistência e luta contra a escravidão portuguesa quando os Tupinambá foram derrotados no litoral. (MUNDURUKU, 2000, p.41). Esse primeiro contato com os Tupi tem papel determinante, a partir desse momento foi

direcionada como seriam as relações com os demais grupos originários. Determinou-se que no litoral havia a presença dos grupos Tupi, considerados mansos e gentis, já no sertão estariam os grupos Tapuia, que por sua vez eram considerados bravos; tal divisão acabou por orientar a legislação indigenista dos séculos XVI e XVII (SUCHANEK, 2012, p. 241).

As populações indígenas sofreram com a escravidão assim como as populações trazidas da África, entretanto no imaginário social nacional e nos livros didáticos permanece a narrativa de que a mão de obra indígena fora por completo substituída pela africana. Desde o início da colonização o governo português desenvolveu aparatos jurídicos e administrativos para escravizar indígenas e, já na condição de país independente, o Brasil deu continuidade a essa estrutura escravista (SUCHANEK, 2012).

Em 1503, no momento de organização das primeiras Feitorias Portuguesas, o interesse de Portugal era estabelecer uma relação tanto política quanto econômica com os nativos das tribos Guarani, para que os mesmos servissem como aliados na guerra contra Tapuias e fornecedores de alimentos para os comerciantes. No decorrer dos primeiros trinta anos de colonização, tal relação se modificou para conflito e escravidão, por meio da expropriação de terras e uso da força de trabalho.

A autonomia das aldeias era incompatível com os diversos segmentos da exploração colonial. Havia os jesuítas, que interessavam-se pela catequese dessa população, os colonos moradores, que careciam de mão de obra para aumentar suas lavouras e renda e por fim a Coroa, que via indígenas como fornecedores de alimentos e força militar. Tal divisão entre “mansos” e “bravos” determinava a maneira de remoção dessas pessoas de suas aldeias de origem para as aldeias reais, construídas próximas aos núcleos de produção portuguesa. Era garantida pela legislação real a liberdade dos gentis (Tupi), já os indivíduos do grupo Tapuia poderiam ser escravizados de maneira legítima (SUCHANEK, 2012).

Dessa forma se passaram séculos e povos; a cruz trouxe a população nativa dor e doenças mas não trouxe paz. Ficariam livres do trabalho escravo e forçado, porém nunca mais teriam sossego. Suas terras, lugar sagrado, foram constantemente ameaçadas pela ganância colonizadora. Até mesmo a República, proclamada sob o agouro do positivismo, não foi o suficiente para conter a aniquilação indígena. O reconhecimento da humanidade dos povos brasileiros chegou ao Brasil via bula papal, documento que suscitava que os portugueses cuidassem bem dos nativos já que eles eram também filhos de Deus.

Atualmente no Brasil existem 305 diferentes etnias. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) no ano de 2010, a população indígena era de 896.917 habitantes (ÚLTIMO, 2021), dos quais 517.383 (57%) habitam terras indígenas e

379.534 (42,3%) residem fora delas. Outro dado interessante desse censo é em relação a língua falada, foram identificados 274 línguas indígenas no Brasil, sendo que 51,1% dos indígenas não fala a língua indígena, já 76,9% deles falam português. Entre os indígenas que vivem em Terras Indígenas tais percentuais se alteram, 57,3% falam alguma língua indígena e 28,8% não falam português.

Fato é que a cultura nunca é estática, está em permanente mutação. Diversos povos tiveram sua cultura alterada pelo contato com outros povos com quais comercializavam, guerreavam e casavam. Outro lado da moeda é o extermínio de cultura, história, tradições e espaço que os indígenas sofrem há mais de 500 anos. Desde o século XVI o esforço dos governos foi o mesmo, exterminar o indígena, sempre visto como barreira ao progresso e desenvolvimento.

Apenas no século XX ocorrem as primeiras tentativas congruentes de aproximar o indígena da realidade social. Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como marechal Rondon, foi pioneiro em considerar essas pessoas responsabilidade do Estado brasileiro. Ele criou e foi o primeiro diretor do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910, foi também um dos que incentivaram a criação de uma reserva no Mato Grosso, o Parque Nacional Indígena do Xingu. Pensou que dessa forma seria possível dar suporte aos nativos, mantendo-os a salvo do abandono e extermínio, fato que não se concretizou, em contraponto a destruição seguiu mordaz.

O SPI foi extinto e em seu lugar nasce a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no ano de 1967. Desde sempre foi sabido que essa instituição fora criada por militares durante o regime militar, puramente como instrumento de massacre desses povos. Tal plano seria colocado em prática após a abertura do símbolo dessa ditadura: a Transamazônica; a rodovia federal transversal do Brasil, obra realizada e nunca acabada dado sua dimensão sob o falso pretexto de “Integração nacional” e que até nos dias de hoje possibilita o comércio do ouro e madeira ilegal, além de servir como palco a muitas situações grotescas e de vulnerabilidade a aqueles que habitam em sua extensão e periferia.

Assim como no século XVI, quando o Brasil foi dividido em capitâncias hereditárias, no início da década de 1970 o Brasil também fora dividido; permitia-se que uma única pessoa pudesse adquirir pedaços terras no Pará proporcionais a países inteiros da Europa, também no falso pretexto de colocar o Brasil na marcha do desenvolvimento (“pra frente, Brasil!”). A essas pessoas eram dados documentos que certificavam que naquelas terras não habitava ninguém, mas claro que não havia verdade nisso, aquelas eram terras totalmente habitadas e ricas de tradições. Por meio da repressão e assassinatos foi possível retirar os indígenas que por lá estavam (MUNDURUKU, 2000).

No ano de 1973 entra em vigor o Estatuto do Índio, no qual é descrito o que era ser “índio” aos olhos do governo federal e quais direitos lhes cabia como tutelado da nação. Nele o “índio” era considerado relativamente capaz, recaindo sobre a FUNAI o papel de tutora. Essa fundação tem o papel, teoricamente, de assegurar a sobrevivência desses povos, mas como seria possível que a FUNAI, nascida com o propósito de integrar, possa ao mesmo tempo proteger? Essa é a contradição que a acompanha até os dias de hoje.

Na década de 1980, diversas organizações indígenas vieram a ser criadas a fim de fazer frente as injustiças e violências. Foi criada nessa época a UNI (União das Nações Indígenas), a primeira tentativa de organizar nacionalmente os diversos povos indígenas do país. Durante muitos anos essa foi a principal entidade em defesa dos direitos indígenas, enfrentando descaso das autoridades e propondo soluções. (MUNDURUKU, 2000).

Com a queda da ditadura militar e com a redemocratização do país, foi promulgada a Constituição de 1988⁷, que incorporou reivindicações históricas das lutas originárias e mostrou-se atento a necessidade de assegurar um modo de vida social que condizia com os anseios dos povos, reconhecendo direitos e garantias, promovendo o direito de permanecer com a sua cultura, respeitando a diversidade cultural (DIAS, 2018). Os direitos dos povos originários representam uma conquista tênue no decorrer da história do Brasil.

Com a colonização, grande parte do que era pertencente ao mundo nativo foi alterado e novos padrões foram impostos por leis que na grande maioria das vezes menosprezava ou ignorava a presença de tais povos. Em consequência, apenas no período recente da história do país houve reconhecimento de seus direitos. Fica evidente que ao longo dos anos foram diversos projetos genocidas patrocinados direta ou indiretamente pelo Estado brasileiro.

Toda essa cadeia de acontecimentos gerou um Brasil atual que não conhece a própria história e povo. Ainda hoje nas escolas brasileiras não se é ensinado claramente sobre o período da colonização, ainda é apresentada uma história contada de um ponto de vista europeu, logo excludente. Não se fala sobre a multiplicidade de povos, origem, rituais, línguas, tradições e cosmologias desses grupos. Apesar de nada disso ser ensinado nem transmitido dentro das instituições educacionais, a contribuição indígena está embrenhada no nosso cotidiano: no manejo do solo, plantio e processamento de alimentos; práticas e equipamentos de pesca e caça; as principais espécies utilizadas pela humanidade na alimentação e na indústria (farmacêutica, cosmética, alimentícia) foram descobertas e domesticadas pelos ameríndios.

⁷ Figura VIII do anexo.

Houve também contribuições para a saúde, ética e filosofia; banhos frequentes, exercício físico moderado desde a infância, utilização do jejum como instrumento de limpeza interna, assim como dieta a base de frutas e peixes frescos, descanso apropriado, reconhecimento do sono como sagrado, consumo moderado de bebida fermentada, ritos interativos com a natureza, arte da dança e dos cantos para tratar da exteriorização do fluir do espírito (JACUPÉ, 2020, p. 92). O cuidado com a natureza, a compreensão desse espaço como sagrado, como a mãe provedora da vida e de tudo que a sustenta, o reconhecimento de que cada ser e ambiente -da pedra ao homem, do rio as montanhas- tem seu papel e importância na teia da vida, e como todos devem ser cuidados e preservados (JACUPÉ, 2020). A lista é longa, mas nota-se a importância que cada item tem para nossa história e desenvolvimento como sociedade.

Povos africanos e a construção simbólica da terra Brasil

O Brasil nasceu da escravidão, com a exploração do conhecimento e trabalho primeiro dos indígenas, depois dos africanos e seus descendentes. Mas em qual momento e por quais motivos ocorre essa mudança? Os motivos são alguns: a baixa densidade demográfica da população indígena; o fato dos povos terem se tornado mais esquivos ao entender o interesse do branco de escravizá-los; a proteção dos mesmos por parte dos jesuítas; o extermínio indígena dado a superexploração, etc. Porém o aspecto essencial é um: o interesse econômico da Coroa e dos traficantes (PINSKY, 2000). A essa altura a captura dos indígenas funcionava quase como um negócio interno, já o comércio ultramarino resultava excelentes dividendos tanto ao governo quanto aos comerciantes.

Na história do Brasil existem alguns equívocos linguísticos sobre fatos históricos, como por exemplo: “o Brasil foi *descoberto* em 1500”, outro é “os negros *vieram* ao Brasil”. A Verdade é que eles foram trazidos, sequestrados e tal distinção não tem caráter puramente acadêmico, é real e só a partir dela é que se pode definir o cunho que o escravismo tomou por lá. O verbo “vir” ocorre a partir de decisão própria, já ser trazido é passivo. Nesse contexto sempre nos recordamos da origem africana dos escravos, entretanto é raro nos perguntarmos sobre suas formas de existência na África. Isso nos gera uma visão nacional coletiva sobre o negro como sendo “naturalmente” escravo, ao contrário dos indígenas. Isso ocorre pois os povos originários eram vistos em estado de liberdade, por sua vez o negro quando aportava no Brasil, já havia passado pela experiência de sequestro, escravização, transporte e desenraizamento de sua organização sociocultural, é visível que tal percepção ainda hoje é de certa forma enraizada na sociedade brasileira (PINSKY, 2000).

O sistema colonial tinha um objetivo bastante claro: acumulo de capital por meio da transferência da renda gerada na colônia para a metrópole. Dessa maneira, a produção gerada na colônia estava voltada para mercadorias de alta demanda na Europa, tal como o algodão, açúcar, tabaco, entre outras. Sabendo o propósito do sistema colonial de acumulação de riqueza por parte da metrópole, o ritmo, volume e meio de produção nas colônias eram determinados pelo mercado europeu. Portanto, adota-se o trabalho escravo no intuito de garantir uma produção em grande escala para exportação. Ao mesmo tempo, a utilização do escravo africano como mão de obra se enquadrava no sistema mercantilista do tráfico negro, que também proporcionava acumulação de capital pelas metrópoles que realizavam esse comércio, como por exemplo Portugal (MATTOS, 2007, pg. 64).

A partir do século XVII a escravidão se expandiu no continente africano, majoritariamente pela procura crescente por parte dos europeus por mão de obra escrava. Apesar de haverem fatores econômicos, sociais e políticos internos, essa alta na demanda ocorre em virtude da expansão de propriedades agrícolas na América e “da tecnologia militar fornecida pelos europeus, elementos que proporcionaram o crescimento da oferta de escravos e acarretaram uma mudança na estrutura da escravidão na África. Ela era caracterizada como uma forma de dependência pessoal e tornou-se uma instituição fundamental para a economia, produzindo a principal mercadoria do comércio internacional.” (MATTOS, op. cit, 65).

No Brasil se apresentava um problema: escassez de mão de obra numa escala suficiente, obediente e de baixo custo operacional para que o projeto das grandes lavouras pudessem se estabelecer de forma adequada. Portanto, o negro foi trazido para exercer esse papel numa estrutura que se organizava em função da grande lavoura. Inserida no sistema mercantilista globalizado da época, a lavoura se caracterizava por produzir a fim de suprir o mercado mundial. A propriedade escravista, antes para a produção do açúcar e depois para a produção do café, era portanto a característica principal da agricultura brasileira do período colonial e durante todo o século XIX.

É nesse contexto escravocrata que o Brasil se torna um país independente, no qual também sua maior parceira política da época, a Inglaterra, é contrária ao tráfico; não apenas contrária como também organizou uma campanha para que tal não se viabilizasse (PROJETO QUERINO, ep. 1, 2022). Nesse momento, próximo a sua independência, o Brasil já fazia parte do Estado, do império ultramarino, e como foi dito anteriormente a chegada da família real significou uma mudança de patamar para o país.

No ano de 1815, devido a explosão econômica da colônia, Brasil deixa de ser apenas colônia e passa a ser um Reino Unido a Portugal, ou seja, ficou como um intermediário entre colônia e Estado soberano, uma posição politicamente dúbia. Nesse mesmo ano Dom João assina com a Inglaterra um tratado, o qual proibia Portugal e Brasil de traficar pessoas sequestradas acima da Linha do Equador, porém na prática o tráfico não acabou mas aumentou.

A chegada da família real é o momento em que se sublinha essa característica escravocrata brasileira, que tem forte relação com o tráfico transatlântico, na medida em que o mesmo era operado por significativo número de famílias oligárquicas de diferentes partes do país, as mesmas que portanto tinham sua riqueza estritamente vinculada a esse tráfico humano (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022). Nessa mesma época, José Bonifácio monta uma proposta para apresentar á bancada de São Paulo sobre a abolição da escravidão, sendo ela não imediata mas gradativa para,

segundo ele, não arruinar o comércio e agricultores. Apesar de seus esforços a proposta sequer foi ouvida, já que sugeria uma abolição em quatro anos.

As elites tinham muito medo de perder tudo que tinham conquistado, títulos, terras e benesses, para além disso morriam de medo que houvesse no Brasil uma revolução como a do Haiti, a primeira rebelião que se transformou em insurreição e depois em revolução, de trabalhadores escravizados que conseguiram destruir a sociedade escravista colonial e assim chegar ao poder, fato único na história da humanidade.

Nas Cortes portuguesas, argumentava-se que uma vez independente, o Brasil enfrentaria um levante negro e escravo (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022), fora isso surgiria boato de uma recolonização do Brasil, aflição comum entre elites de diferentes partes do Brasil, que apesar de diferentes eram unidas pela escravidão, mais especificamente o medo de perdê-la. Por mais divergentes que fossem os interesses regionais, para todos era melhor continuar sob um mesmo governo central que correr o risco de, com uma separação, perder sua principal fonte de renda: o trabalho escravo; e era isso o que estava ocorrendo nos países vizinhos, como por exemplo na Argentina, que tratava a abolição gradualmente desde 1813.

O Estado brasileiro surge a partir do compromisso com o comércio negreiro; os traficantes eram parte desse compromisso do Estado em continuar com esse comércio. Quando Pedro I, ainda príncipe regente, estava construindo sua base social de apoio à ruptura de Portugal, ele vai ao Vale da Paraíba e Minas Gerais, grandes antros cafeeiros, justamente assegurando a continuidade da escravidão (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022).

Eventualmente acontece a Independência, momento importante que representou uma ruptura e vitória. Nesse momento tem-se um grupo muito coeso e específico de pessoas que estão definindo o futuro político desse país, essa coesão é em grande medida o lugar dos senhores de escravizados dentro dessa nova nação. É sempre importante pensar esse momento histórico como um momento de ruptura política, mas sempre levando em consideração quem são os agentes dessa ruptura e o que escolhem manter em meio a tais transformações.

A escravidão, sem sombra de dúvidas, é a maior aposta e maior manutenção feita, mas uma manutenção que é escolhida em um momento em que a possibilidade dela acabar também se apresentava no horizonte de expectativas. O Brasil poderia ter seguido outros caminhos, existiam para si outras possibilidades mas a que venceu foi a de senhores de escravos. Vemos portanto que o racismo, assim como a escravidão, é uma construção humana, é uma instituição que no Brasil perdurou pois tinha-se um grupo de senhores de escravizados que era também o grupo constituinte das elites políticas brasileiras, nas suas multiplicidades e discordâncias.

Em dezembro de 1822 são criados os símbolos nacionais, entre eles a bandeira do Império. Ela leva o mesmo retângulo verde da bandeira de hoje, representando a casa de Bragança, família de D. Pedro; tem-se o losango amarelo, que representa a casa da família de Maria Leopoldina; há a cruz da Ordem de Cristo; estrelas representando as províncias e uma coroa; acima da coroa há ainda mais uma cruz, mostrando que Deus estava acima de tudo; mas além de tudo isso há dois raminhos de folha emoldurando o brasão: de um lado, um ramo de café e do outro um ramo de tabaco, unidos pelo laço da nação, uma fita verde e amarela. Dom Pedro queria que esses ramos representassem as riquezas da nação: Café e tabaco. É curioso refletir quem dava a vida para gerar essas riquezas nacionais (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022).

A partir dos anos 30 do século XIX o café começa a despontar como *commodity* de excelência para o Império do Brasil, é assim que ele vai parar na bandeira, portanto o café é projetado nos anos 20 como principal aposta econômica dessa nação que estava surgindo. Nesse momento há uma grande empreitada no tráfico de escravizados, fato que permite que socialmente, economicamente e politicamente a escravidão se propulsione no exato momento em que o café é posto como projeto nacional, fazendo com que a escravidão se incite como um elemento basilar dessa economia cafeeira.

A afirmação e segurança da escravidão não garantiu apenas a unidade do Brasil, foi graças a ela que o novo país torna-se viável economicamente. Todos os ciclos econômicos, seja do café, açúcar ou ouro, nenhum deles teria sido sem a mão de obra escrava. Foi também no Brasil que a escravidão tomou uma dimensão inédita, nenhuma colônia ou país recebeu tantos escravizados quanto o Brasil, “das 12,5 milhões de pessoas africanas que foram sequestradas, 5,5 milhões tinham o Brasil como destino. É o triplo da América Espanhola inteira- de todos os nossos vizinhos aqui da América do Sul somados. É 12 vezes mais do que os Estados Unidos” (PROJETO QUERINO, ep. 1, 2022).

Em maio de 1823 foi instaurada a Assembléia Nacional Constituinte, nela a escravidão era um assunto. Havia deputados contra e a favor, afinal a maioria ali era senhor de escravo. Preocupado com o progresso econômico do Brasil, José Bonifácio prepara um documento de apresentação a fim de defender perante a Assembléia o fim da escravidão. Ele entendia que a escravidão era um atraso, de certa maneira impossibilitava a criação de indústria e impossibilitava a ocupação do solo de maneira inteligente (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022). Ele apresenta pautas que envolvem o crescimento desse futuro país: como qualificar mão de obra, como criar escolas, como fazer o Brasil crescer com escolas técnicas e introdução de imigrantes. Bonifácio tem uma visão de conjunto e não de escravidão. Portanto, a questão da escravidão no Brasil está integrada a

um projeto de fazer o país crescer, se industrializar, se libertar da grande propriedade e sobretudo se educar.

“É preciso pois que cessem de uma vez os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens d’África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão de nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda; é preciso que cessem de uma vez todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes.”

José Bonifácio, Pronunciamento sobre a Escravatura, 1823. Retirado de https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4492/1/016889_COMPLETO.pdf, acesso em 01/09/2d

O documento citado acima tinha 32 artigos porém nunca foi apresentado na Assembléia. Desta forma Bonifácio foi demitido, já que suas ideias reformistas não eram bem vindas, passou a ser visto como oposição ao imperador e antes que pudesse levar o documento para o plenário, Dom Pedro I, por diversos motivos, destituiu a Assembléia; no meio desses acontecimentos Bonifácio foi preso e exilado. Se há algo que se manteve depois da atuação de Dom Pedro I e da dissolução da Assembléia é o caráter escravocrata, reflexo do caráter escravocrata da oligarquia brasileira.

Essa classe oligárquica era descendente de proprietários de escravizados, faziam parte de famílias que há décadas, talvez séculos, eram proprietárias de escravizados. Logo, a manutenção da escravidão se dá por meio do silêncio, não há nenhum instrumento legal dizendo que a escravidão continua, o que tem-se é o artigo 179 da Carta Constitucional de 1824, dizendo que todo brasileiro tem como garantia propriedade privada; a escravidão fazia parte da propriedade privada.

A Constituição também trazia em si outro artigo que ajudaria a manter o sistema escravocrata por mais tempo, que era a definição de cidadania. Perante a lei, toda pessoa negra livre, nascida no Brasil era cidadã do Império, caso fosse um africano, ainda que conquistasse alforria não seria um cidadão, já seu filho sim. Essa “regalia” foi dada para não correr-se o risco das pessoas botarem abaixo todo o sistema escravista, como ocorreu no Haiti (PROJETO QUERINO, ep.1, 2022). Porém, mesmo aqueles que conseguiam essa cidadania eram ainda considerados cidadãos de segunda categoria, pois na teoria, tais pessoas tinham direitos civis mas não direitos políticos. Essa Constituição é até hoje a mais longeva da história do Brasil, durando até 1889. Nesse contexto, a “liberdade” era atrelada a uma escravidão racializada, ou seja, mesmo quando garantida pela carta de alforria ou até mesmo a população nascida livre, ser negro significava nunca ter uma liberdade plena.

Em conclusão, o sistema escravista foi um pacto e arranjo político entre elites: grandes políticos da época, o centro de comando do Estado, a elite financeira do Rio de Janeiro e os grandes proprietários de terra e escravos do país, todos em torno da defesa da escravidão como estratégia para gerar riqueza privada, crescimento econômico e para financiar o estado imperial que na época estava sendo construído.

Quando pensamos na escravidão e quem detinha escravizados é comum imaginar grandes fazendeiros, donos de centenas de escravizados, porém naquele Brasil a escravidão era totalmente naturalizada por ser a estrutura daquela sociedade, a base de tudo. Ela também não era apenas um ativo econômico mas uma instituição compartilhada por boa parte da sociedade, aqueles que não eram senhor de escravos queriam ser, ou seja, o brasileiro comum era também apoiador do tráfico de africanos. A fotografia da sociedade brasileira como um todo é bem mais feia do que se quer admitir.

O movimento político do abolicionismo surge no fim do século XVIII, com o propósito de extinguir a escravidão nas Américas. Ele se dá por conta da reação das próprias vítimas, expressa desde o início, em revoltas, fugas, aquilombamentos e toda sorte de ações, podendo elas serem violentas ou pacíficas. Muitas vezes o movimento é visto como fruto apenas da atuação de políticos e intelectuais, entretanto sem a base e mobilização popular ele não teria eficácia. O abolicionismo surge do ponto de confronto entre duas correntes bastante divergentes, de um lado tem-se o interesse dos que não abriam mão do trabalho escravo, do outro, industriais e comerciantes ingleses que, entre outras razões, ansiavam pelo fim da escravatura nas Américas, a fim de colocar nesse mercado máquinas agrícolas e produtos que fabricavam (LOPES, 2008).

As campanhas abolicionistas se inflamavam por todo o país, assim no ano de 1888 o escravismo enfrentou um colapso irreversível, materializado no dia 13 de maio, data oficial da declaração da abolição da escravidão, sem compensação aos proprietários. Chamada de Lei Áurea, a Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, com apenas um artigo, declarou extinta a escravidão no Brasil. Apesar da magnitude e importância desse acontecimento, o Estado brasileiro simplesmente declarou extinta a escravidão sem se preocupar em prover qualquer tipo de oportunidade e inclusão para os negros na sociedade.

Como consequência disso, além de promover maciça imigração de trabalhadores europeus, a população negra foi relegada aos patamares mais baixos. No Brasil, abolida a escravidão e proclamada a República, os dirigentes criaram uma sociedade hierarquizada (LOPES, 2008). Portanto a abolição desacompanhada de medidas sociais e tal hierarquização foram os principais

fatores que geraram a exclusão e desigualdade social, grande característica da sociedade brasileira até os dias de hoje (MENEZES, 2012).

O papel da arte no processo de ressignificação da bandeira brasileira

O conjunto de todos esses acontecimentos históricos e os que vieram a decorrer depois, sendo eles positivos ou negativos, moldaram e contribuíram para construção de uma identidade nacional. Tal identidade está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e á própria construção do Estado brasileiro (FORTUNA, 2021). Noto portanto que não existe apenas uma identidade única ou até mesmo autêntica, mas sim uma pluralidade de identidades, construídas por múltiplos grupos sociais em diferentes momentos históricos, ainda estando em constante redefinição, dado que a história não é estática (ORTIZ, 2012).

Ratificada essa pluralidade volto a questão condutora dessa pesquisa, em meio a tantas contribuições culturais, linguísticas, estéticas, etc, providas por esses múltiplos povos, por que suas representações ficaram de fora do símbolo visual representativo da nação, a bandeira nacional? Tal questionamento já tem sido feito há muito tempo, por pessoas de diferentes áreas de atuação, na arte brasileira não foi diferente.

Diversos artistas brasileiros tem usado o médio da bandeira como espaço para exibir e conceber diferentes tipos de imagens e efeitos. Ao longo da história, as bandeiras tem sido usadas como forma de propaganda internacional e propriedade simbólica, logo não é de surpreender que artistas as reformulem em nome da descolonização, críticas deliberadas e eficientes á situação política e social vividas, manifestando-se muitas vezes contra políticas genocidas e autoritárias (GAVIN, 2021).

Segundo a Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, a bandeira é um dos quatro símbolos que “representam a nação brasileira e o espírito cívico de seu povo” (GERMANO, 2020). Na década de 1970, o Brasil vivia num período sombrio, sob ditadura militar e é nesse contexto que Abdias Nascimento subverte a bandeira brasileira ao trocar o lema positivista “Ordem e Progresso” por “okê, okê, okê, okê”, saudação a Oxossi, orixá das florestas, animais e do sustento em sua obra “*Okê Oxóssi*”⁸ (1970). Até mesmo antes dele, nomes como Alfredo Volpi e Antônio Henrique Amaral já haviam realizado em seus trabalhos experimentações com o símbolo nacional; Volpi

⁸ Figura IX do anexo.

desconstruindo as formas geométricas em sua obra “*Bandeira Brasileira*”⁹ (década de 1920), e Amaral justapondo-a com o pavilhão estadunidense em sua composição “*Boa Vizinhança*”¹⁰ (1968).

Agora no século 21, passados cinquenta anos, o país revive uma “nova” onda conservadora, com ecos no militarismo que, apropriou-se do verde e amarelo, como manifestação pseudo-patriota de um Brasil homogeneizante e minimamente tolerante a diversidade, forte característica que nos identifica como nação. Tal fato desencadeou nas artes visuais uma série de novas representações e releituras do país e dos símbolos pátrios. A construção, ou reconstrução desse Brasil se dá também na escolha da materialidade, na medida que recontar o país consiste também em rever os elementos oficiais que o representam (SEGNANFREDO, 2021).

Existem alguns trabalhos que são expressos nessas diferentes materialidades, como é o caso de “*Bandeira Nacional*”¹¹ (2021) de Desali; a obra é composta por 504 esponjas de cozinha usadas, sustentadas por 6 limpadores de chão, fazendo alusão ao trabalho doméstico, à essa classe trabalhadora, em sua grande maioria composta por mulheres negras. Já o artista Jefferson Medeiros explora outra versão da bandeira em “*Obra embargada*”¹²(2020), composta por um entalhe em um tijolo de construção.

O processo da atual apropriação do pavilhão nacional por uma elite conservadora tem raízes profundas. Mesmo tendo sido criada em 1889 como contraponto ao Império, a bandeira atual tem sua origem na aristocracia militar, ela trás estruturas simbólicas do passado brasileiro. O ditado “ordem e progresso”, se pensarmos no contexto da ditadura, carrega em si um sentido inquietante relacionado a obediência e condescendência a esse regime militar, assassino e opressor das liberdades civis.

Portanto não surpreende que tal símbolo tenha sido vastamente utilizado em manifestações de extrema-direita em apoio ao ex-presidente, Jair Bolsonaro (FREITAS, E.; BOAVENTURA, L, 2022). Para a direita, resgatar a bandeira do limbo em que se encontrava nas últimas décadas, representa uma dupla reencarnação “do ideário ditatorial, autoritário e repressivo e, no mesmo lance, do ideário imperial, de unificação nacional por meio da construção ideológica e semiótica.” (SEGNANFREDO, 2021). De forma bastante irônica o pensamento positivista que inspira a frase

⁹ Figura X do anexo.

¹⁰ Figura XI do anexo.

¹¹ Figura XII do anexo.

¹² Figura XIII do anexo.

tomava como base e preceito o conhecimento científico, oposto ao que prega essa atual direita política.

Seria então a ressignificação da bandeira um movimento contra-hegemônico presente na história do país desde seus primórdios? Analisando sobre a ótica da produção artística atual, podemos ver como essa bandeira na mão de alguns artistas, deixa de lado esse caráter unificador e conservador e passa a ser denunciada pela sua hipocrisia.

Atualmente os artistas mostram-se atentos a essa reaparição no sensível, da bandeira do Brasil e sua usurpação por parte da extrema direita, e na medida em que estão atentos exercitam sobre esse símbolo inversões, mudanças e transformações (SEGNANFREDO, 2021). Como por exemplo Raul Mourão em “*A nova bandeira brasileira #2*”¹³(2019), representando a bandeira com um furo no meio, sugerindo um vazio, uma crise política, vazio institucional, incertezas, mas ao mesmo tempo um vazio para ser preenchido, de novos desejos, projetos e sonhos. Por sua vez Marília Scarabello, em sua série fotográfica sem título, retrata um sabonete com a palavra “Brasil” que vai se dissolvendo e indo pelo ralo.

Há também a “*Bandeira de Farrapos*”¹⁴(1993), de Martha Niklaus, confeccionada inteiramente com roupas descartadas de moradores de rua, sendo uma direta associação com a desigualdade social e pobreza extrema que levam ao ponto da situação de rua, associação essa que vemos se recolocar na carestia de 2021. Todos esses processos criativos de reapropriação são tanto motivados pela continuidade crítica insurgente na prática artística dos anos 60 e 70, como também pela busca de novos Brasis possíveis. Um exemplo é a emblemática “*Bandeira Brasileira*”¹⁵(2019) de Leandro Vieira, criada para o desfile da Estação Primeira da Mangueira do mesmo ano; levando as cores da escola, verde e rosa, a gigante e imponente bandeira determina como nova ordem e progresso, o protagonismo dos “índios, negros e pobres”.

Um ponto ou movimento inicial na história da arte brasileira que aponta para esse processo de ressignificação incide justamente no período ditatorial. Uma das facetas de produção artística desse período segue uma linhagem conceitual, duchampiana, que ou problematizam os suportes tradicionais, como o canvas ou os abandonam. Logo, ao abandonar tais suportes tradicionais, essa produção artística traz para si contextos mais imediatos: a política, a sociedade, a vida íntima,

¹³ Figura XIV do anexo.

¹⁴ Figura XV do anexo.

¹⁵ Figura XVI do anexo.

questões sociais e assim por diante. Se é truísmo afirmar que, na arte contemporânea, arte e vida se misturam, no Brasil implica que arte e política passam a se misturar.

Portanto, com a bandeira do Brasil estando diretamente ligada a um passado brasileiro, a reconstrução desse elemento carrega, mesmo no presente, estruturas desse passado. O ditado “ordem e progresso” carrega em si, como dito anteriormente, um sentido alarmante quando pensado no contexto da ditadura militar, sentido esse de obediência e tolerância ao regime, assim como carrega um sentido de “entreguismo”, que seria a transferência do controle do país para capitais estrangeiros, ou seja, a liquidação do Brasil para o exterior, chamado de “progresso” (SEGNANFREDO, 2021). Isso, nas décadas de 60 e 70, representava uma reencenação de toda a história silenciada da opressão, escravização de pessoas negras e o boicote de sua cidadania, assim como a história de manutenção desse *status quo* econômico, sobre a manutenção dos latifúndios, bem como a exploração tanto do trabalho humano como dos recursos naturais.

Em um cenário mais recente, nas manifestações bolsonaristas, o reaparecimento da bandeira e seu uso aparece com uma dupla representação: primeiro do ideal ditatorial, repressivo, autoritário e ao mesmo tempo do ideal imperial, de unificação nacional através de uma construção ideológica e semiótica (SEGNANFREDO, 2021).

Além de comentar nosso presente e de passar condições sociais por essa lente transformadora, a arte também estipula um espaço almejado e utópico para esse país que não se resume ao verde-amarelo. Há portanto uma continuidade crítica e combativa na prática artística. Em todos esses casos, artistas estão distorcendo o nacionalismo e a propaganda da bandeira em algo subversivo, invertendo construções políticas, coloniais e visuais.

Em conclusão, pode-se ver que esse símbolo não é estático em sua significação, seja a partir de um projeto artístico ou do ponto de vista de cidadão brasileiro, apesar de a bandeira ser uma, cada espectador projeta nela suas próprias intenções, amores e dores. Criada em 1889, no ano de 2023 vemos diversas releituras e interpretações em cima dessa mesma bandeira, transparecendo como a significância desse símbolo se alarga conforme a história do país acontece. A visão sobre tal, seja ela pessoal ou coletiva, também está em constante mutação, uma ressignificação que está em permanente acontecimento.

Atualmente o lema “Ordem e Progresso” também pode ocupar diferentes lugares. Por alguns ainda pode ser lido em tom militar e engessado, já para outros pode ter definições plurais, seja sob a perspectiva de uma “ordem” que vem do respeito pela diversidade que o país contém. E o “progresso” como sociedade, que cada vez mais se mostra atenta em seu lugar num plano global, sua importância em questões ambientais e climáticas. Esse único símbolo mostrou-me ser capaz de

apresentar tanta multiplicidade como saberes; e assim como para muitos, minha própria visão sobre a bandeira brasileira metamorfoseou-se ao longo de minhas pesquisas e fazeres.

Capítulo III- Propostas de projetos plásticos em torno da Bandeira do Brasil

Desde dos primórdios da civilização humana o processo da mobilidade sempre esteve presente e sempre teve ligação a profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Na medida que as sociedades se ampliam e complexificam, fragmentam-se unidades culturais, logo, a mobilidade humana passa a envolver o impacto intercultural (DE CÉSARO; ZANINI).

A imigração pode proporcionar muitas experiências e reflexões, dado que o indivíduo encontra-se meio a uma cultura e sociedade que não é sua própria. Pessoalmente, meu processo de migração me permitiu uma contemplação bastante interessante, que foi a mudança do Brasil a Portugal, “da colônia a metrópole”. Estive atenta a perceber e observar meu entorno através dessa lente, considerando esse recorte histórico.

Mediante minhas vivências, comecei a realizar semelhanças entre os dois países, como o processo de interferência de um país no outro tem força e como tal interferência reverbera pelo tempo sem dar sinal onde acaba, e se de fato acaba. Ter a oportunidade de estar desse “outro lado” me proporcionou contemplar a cultura como pertencente a um campo invisível de poder (DE CÉSARO; ZANINI). Passei a entender um pouco mais sobre a origem de coisas que nem sabia que vinham daqui, nomes de ruas de São Paulo que também são ruas em Lisboa; nomes de igrejas e bairros, até mesmo notar semelhanças e diferenças entre a língua portuguesa brasileira e o português europeu.

Esse ato de observação e descobertas foi enriquecedor e profundo, gerou-me diversos sentimentos, horas bons e horas ruins; eu que nunca tinha me visto como uma pessoa patriota, me encontrei-me em momentos de muito rancor e em momentos de muito orgulho. Foi surpreendente sentir como essa troca Portugal-Brasil me tocou de maneira tão íntima. Foi desse espanto que surgiu o conceito dessa pesquisa, ao reparar a força da colonização, me adentrei para entender quão profunda eram essas raízes, no que diz respeito a formulação social/cultural do Brasil.

Em uma dessas pesquisas escutei um episódio do podcast PodPah, no qual o convidado era Emicida- músico brasileiro- que em determinada altura comenta sobre a bandeira do Brasil, especificamente sobre a procedência do ditado que a atravessa: “Ordem e Progresso”; antes desse momento, nunca havia escutado sobre a verdadeira origem do nosso símbolo pátrio, nem mesmo me perguntado a respeito. Entender que aquele elemento tão marcante da bandeira nacional, foi na verdade importado, estimulou a definição da bandeira como meu objeto de pesquisa.

Projeto I- Boitatá

Inicialmente optei por uma abordagem metafórica, sem de fato trabalhar com a estética da bandeira nacional, sem suas cores e formas mas sim com a ideia do ditado “Ordem e Progresso”. O ditado original, que leva em si a palavra amor, carrega o que julgo atualmente faltante no país. Essa escassez de cuidado para com o povo brasileiro, despertou em mim um instinto que nomearia de protetor, e a partir dele, desenvolvi o trabalho intitulado de “Boitatá”¹⁶. Com as dimensões de 65x90cm, a tapeçaria foi confeccionada com diversos materiais: juta rústica, lã, ráfia, fio de algodão, fio de bananeira e tinta acrílica.

Ela representa a lenda do folclore brasileiro, o boitatá, uma cobra de fogo que protege os campos daqueles que promovem incêndios criminosos. O primeiro registro que tem-se dele é de 1560, escrito pelo padre José de Anchieta. Os motivos dessa história ter me chamado atenção foram alguns, primeiramente é uma lenda advinda dos povos originários, talvez uma das primeiras a serem compartilhadas com europeus, e apesar de sua longa data tem um caráter bastante atual quando pensamos pelo viés da proteção e preservação do meio ambiente e qual o lugar do Brasil nesse contexto.

A lenda também remete a invasão da terra e o desrespeito com esse espaço e habitantes do mesmo, o que caracteriza uma fração dos males da colonização. Expressa também o combate a essa invasão, a reação ao estranho. Por fim os muitos simbolismos que o animal cobra carrega: por ser um animal terrestre representa a terra, solo e suas riquezas; espelha Lilith, a primeira mulher, a qual saiu do paraíso por não aceitar a submissão ao primeiro homem; representa a vida primordial; sua troca de pele simboliza a renovação, o renascimento e a imortalidade; equivale ao Ouroboros, espiral da evolução, movimento e continuidade, o eterno; configura o espírito ancestral e o processo oculto da transformação (RONNBERG, 2010); e por fim traduz em sua forma a Sucuri, cobra gigante semi-aquática presente na Amazônia e Pantanal.

Limitei o uso das cores ao branco e vermelho na intenção de tatear as sensações de quente e frio (HELLER, 2013), representando a *ausência* e o *amor*. Aproveitei a superfície para explorar a textura de rachadura e ferida¹⁷, busquei questionar o que superfícies podem esconder em suas entranhas, o que por de trás dela fica domesticado e silenciado. A ferida vem no intuito de profanar

¹⁶ Figura XVII do anexo.

¹⁷ Figura XIX do anexo.

a história contada pelos vencedores, patenteada como verdade, a fim de revelar outras narrativas sobre a mesma história, sejam elas reais ou imaginárias.

Projeto II- “Sem Título”

O segundo projeto dá sequência aos questionamentos e estética do “Boitatá”. Por sua vez a obra consiste em uma composição de três almofadas¹⁸, desenvolvidas com tecidos de algodão, miçangas e pedras naturais, contribuindo com diferentes tonalidades de vermelho, volumes e texturas. Nessa composição o objetivo foi trabalhar com a ideia dessas duas camadas, o externo rachado e a dimensão submersa, almejando o sentido de o que está por detrás fosse uma força latente, perto de romper com a primeira pele já ressecada, entregando então a fusão desses dois universos.

Um conceito interessante que começa a surgir nesse momento da produção é o da *ressignificação*; Percebo como elementos e símbolos passam pelo processo de ressignificação quando são desassociados de seus contextos originais, seja no espaço ou tempo. Essa compreensão alavancou a ressignificação do meu próprio olhar sobre minha pesquisa, inicialmente estava com um olhar bastante binário sobre o que é a história “certa” e o que é a história “errada”, assim como o que define a identidade brasileira e quem e o que faz parte dessa identidade de fato.

Tais certezas foram se modificando, no sentido de que vi como a história do país é extremamente complexa quando se trata da miscigenação e construção identitária. Ao mesmo tempo que é um país socialmente plural, capaz de acolher a todo o tipo de pessoa, o Brasil tem estruturas sociais e jurídicas ultrapassadas e enviesadas, que não abraçam de fato toda essa multiplicidade. Logo, seriam esses “duplos sentidos” suficientes para deixar de lado as reais significações da bandeira, com raízes no estrangeirismo, e abranger novos sentidos a ela atreladas?

¹⁸ Figura XX do anexo.

Projeto III- Proposta de Prática Colaborativa

Esses questionamentos me levaram a repensar sobre meu posicionamento inicial e também sobre minha inflexibilidade acerca do olhar. Fiquei tão afeiçãoada a ideia da exclusão de alguns agentes dessa sociedade, sobre a falta de cuidado e amor com a nação, e com as histórias que tentaram apagar, que esqueci-me de questionar o que esse símbolo significa para outros brasileiros além de mim mesma.

As respostas a respeito do significado da bandeira foram tão plurais quanto a própria população brasileira. Houveram respostas positivas, amorosas e festivas, assim como respostas com pouco entusiasmo, orgulho e por vezes até com desgosto. O Brasil, assim como sua bandeira nacional, desperta nas pessoas sentimentos atrelados aos mais variados significados: o país do futebol, do carnaval, da desordem, da desigualdade social, da Amazônia, da corrupção e por aí vai.

Encontrei nessa vastidão de significados a beleza da pluralidade. A partir da troca e absorção desses diferentes pontos de vista e conceitos, passei a encarar a possibilidade de modificar esse símbolo como um ato provocativo e cheio de possibilidades. A terceira proposta, portanto, foi concebida como um projeto educativo, ainda em desenvolvimento, para ser aplicado em um momento futuro. Baseia-se numa prática colaborativa, pensada para ambientes associativos, populares e/ou associações culturais.

A dinâmica consiste, primeiramente, em uma troca com o público a respeito da bandeira nacional, trazendo luz à discussão sobre esse símbolo, seus ícones, contexto de criação e status atual; seguido de uma troca, na qual cada um possa expressar o que a bandeira significa para si, o que ela desperta pessoalmente em cada um, esse momento será guiado com algumas perguntas pré estabelecidas: *por que o amor ficou de fora? Com o que você preencheria esses vazios? Quais qualidades do Brasil te despertam o sentimento de pertença?*; para então passarmos por um processo prático, no qual cada pessoa vai desenvolver uma bandeira¹⁹, evocando aquilo que lhe for pertinente. Para finalizar, ocorreria um último momento de compartilhamento, para que cada indivíduo tivesse a oportunidade de dividir com o grupo seus pensamentos acerca do tema, assim como sua expressão plástica.

¹⁹ Figura XXIV do anexo.

Discussão

Vemos que a bandeira tem a habilidade de conter em si múltiplos significados para múltiplos espectadores (VALENTINO, 2021), sendo seu simbolismo dinâmico, fluído e podendo ele ser moldado pela perspectiva daquele que a contempla. Quando vista pelos olhos de diferentes indivíduos ou grupos, a bandeira se expande em uma variedade de interpretações, diretamente ligadas ao repertório pessoal de cada um (RAMALDES, 2016). Para alguns pode significar a dificuldade histórica da busca por unidade e progresso, concomitantemente, para outros pode representar a contínua batalha por inclusão e justiça.

A história se mostra múltipla, logo não há apenas uma forma de contá-la. São diversas narrativas que são escritas, expostas ou não, de acordo com os agentes que permeiam esse ecossistema; e como esses agentes, de acordo com seus interesses e público, irão variar os relatos acerca da história. Nas ciências humanas, os símbolos nunca são fixos e mudam a depender do contexto e momento em que se encontram (SEGNANFREDO, 2021). Logo, conforme o país se desenvolve, o mesmo irá acontecer acerca do diálogo sobre o que significa representar a totalidade da nação no confinamento de um único símbolo, e como, nessa interação dinâmica entre simbolismo e interpretação, a bandeira pode ser ressignificada para refletir a mudança de aspirações e lutas de seu povo.

A pesquisa leva como título a questão que serviu de fio condutor para o presente trabalho - “Por que o amor ficou de fora?” - questionamento que gerou diversos outros. O que fez com que o amor -palavra que pode ser substituída por políticas públicas, cuidado, respeito ou inclusão- ficasse de fora das construções basilares do país, sociedade brasileira e, por consequência, fora da bandeira nacional? Resgatando a história desse símbolo, revelaram-se fatores econômicos, raciais e políticos.

Nota-se que esses fatores -nomeados de *faltas* da nação- formaram o vazio necessário para que se criasse o *amor* faltante. A falta de representação serviu de impulso e espaço para que, aqueles que foram excluídos, contassem em primeira pessoa suas histórias, mostrassem suas dores e contribuíssem com diferentes perspectivas e conhecimentos. Tal falta/vazio, que é ainda existente, proporciona lacunas para que se manifestem e projetem diferentes possibilidades em cima desse símbolo que, por definição, representa a nação brasileira e seus objetivos como sociedade.

Atualmente não encontram-se disponíveis grandes variedades de trabalhos acadêmicos que discutam sobre a legitimidade da bandeira brasileira quando se trata da representação iconográfica de seu povo; logo, foi necessário desenvolver, no primeiro momento dessa pesquisa, um resgate histórico no intuito de situar e contextualizar a construção da bandeira nacional e seus agentes. Em um segundo momento, adentre-me nas múltiplas narrativas históricas do país, reavendo olhares protagonistas, frequentemente esquecidos e apagados, a fim de compreender a contribuição dos povos originários e africanos na constituição do país.

Tal processo desembocou nas temáticas de “ressignificação” e “interpretação” da bandeira do Brasil no âmbito das artes, mostrando como esses agentes, perante seus apagamentos, usam a bandeira como meio para provocar e incitar debates acerca de sequelas sociais. Isso mostrou como a história humana e símbolos são incapazes de estaticidade, dado que a sociedade está em constante movimento, construção e desconstrução frente a mudanças sociais e políticas (FREITAS, A. G. .; MIRANDA, G. U., 2022). No terceiro e último momento da tese apresento minha produção artística, que teve como objetivo conscientizar e contribuir para essa reflexão, manifestando minhas próprias percepções acerca da temática.

Conclusão

A bandeira do Brasil Império redefine o significado das cores verde e amarelo- referentes a Casa Bragança e Habsburgo- quando D. Pedro I as denomina como representação da “riqueza e primavera eterna do Brasil”. Futuramente, na Bandeira da República, são adicionados à narrativa o azul, referente ao céu do Rio de Janeiro na manhã do dia 15 de novembro de 1889, e o lema positivista. No momento atual, o brasileiro comum toma como significado da bandeira nacional a representação das matas (verde), rios (azul), riquezas do país (amarelo) e o desejo pela paz (branco).

Sob ótica peirceana, observa-se que a bandeira, sendo símbolo nacional, é uma das formas de mediação de significados, já que tem a capacidade de representar algo para alguém. Ou seja, a bandeira, o verde e amarelo, a camisa da seleção, são todos símbolos dotados de significados. Na perspectiva da semiose, na primeiridade acontece o sentir, é o momento em que o signo da bandeira é percebido por meio de elementos que suscitam emoção, desperta o sentimento de pertencimento a essa nação. Na secundidade, ocorre a associação dessa bandeira e ela passa a ser percebida como mensagem; por exemplo, se ela for usada em público pode demonstrar uma reação ou exaltação de sentimento, seja ele positivo ou não. Por fim na terceiridade, é o momento de interpretações, experiências e discursos suscitados pelo símbolo (FREITAS, A. G. .; MIRANDA, G. U.).

Todavia, quando esse símbolo é apropriado, por quem quer que seja, ocorre um processo de ressignificação, que é a atribuição de um novo significado ou atribuição de um sentido distinto do original. No caso da presente consideração, compreende-se que ressignificar é dar novo significado aos ícones da bandeira, uma vez que suas definições originais não representam ou abrangem a multiplicidade dessa nação.

Nessa análise crítica da bandeira do Brasil, evidenciamos a complexidade de seu simbolismo à luz de sua história e demografia. Embora a bandeira represente elementos significativos da cultura e da história do Brasil, não podemos ignorar as profundas exclusões que ocorreram ao longo dos séculos. Os povos indígenas e africanos desempenharam papéis fundamentais na formação da nação, no entanto, suas contribuições foram negligenciadas na iconografia da bandeira. Além disso, a presença de estrangeirismos simbólicos levanta questões sobre a identidade nacional. Portanto, a bandeira do Brasil, apesar de sua rica iconografia, não

representa plenamente a totalidade da nação, mas é um lembrete da complexidade e das contradições que definem a história e identidade brasileira. Como dito anteriormente, apesar de não representar essa totalidade, abre espaço para que se discuta essa exclusão, logo, não permanecerá inerte enquanto sua significação.

A pesquisa culminou em três projetos, os quais buscam expressar essa não totalidade da bandeira, assim como diferentes ângulos e perspectivas sobre uma mesma história. Servem como lembrete à importância da inclusão, como ela é enriquecedora no âmbito social, já que dá potência à narrativas e olhares marginalizados. Os projetos plásticos “Boitatá” e “Sem Título”, foram desenvolvidos com técnicas voltadas ao têxtil, a fim de criar conexão com o material primordial na confecção de bandeiras, que é o tecido.

O Projeto Colaborativo, mesmo que pensado para ser aplicado em um momento futuro, serve como impulso e palco para esse diálogo. Realizado para abrir espaço à múltiplas percepções e realidades brasileiras, assim como disseminar esse conhecimento basilar da história do país e símbolo nacional, para que assim seja possível gerar reflexões e pensamentos críticos quanto a nação. Todos os três projetos, tem portanto, a qualidade de compartilhar, educar, e por consequência, ser educado.

Bibliografia

BANDEIRA do Brasil. <https://www.gov.br>: Presidência da República, 26 dez. 2018. Imagem digital. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/bandeira/bandeiragrande.jpg/view>. Acesso em: 12 maio 2023.

BANDEIRA nacional. As constelações que figuram na bandeira correspondem ao aspecto do céu do dia 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, [S. l.], p. 1-1, 4 jul. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/bandeira>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. *In*: Aurélio Digital, dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Brasil, 2020. Acesso em: 29/05/2023.

BRASIL vem de ‘vermelho como brasa’? Mapa global identifica origens dos nomes dos países. BBC News Brasil, [S. l.], p. 1-5, 27 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44109810>. Acesso em: 29 maio 2023.

CAVALCANTI, Celso. Gritos do Brasil. Celso Cavalcanti. Brasília: Rádio Senado, 2 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2022/09/02/gritos-do-brasil>. Acesso em: 01/03/2022.

COIMBRA, Raimundo Olavo. A Bandeira do Brasil- Raízes Histórico-Culturais. [S.l.]: Biblioteca IBGE, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7081.pdf>. Acesso em: 15/09/2022.

DE CÉSARO, Filipe Seefeldt; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Cultura, cidadania e segurança: um debate acerca da imigração no mundo contemporâneo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 18, p. 38-71, 2015.

DIAS, Edemir Braga. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS: RESISTÊNCIA À PROJETOS GENOCIDAS. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2018. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/download/1283/1046/4618>. Acesso em 14/06/23

EMICIDA - Podpah #171 [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (4 horas). Publicado pelo canal PodPah. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Q9qxREvAKz8?feature=share>. Acesso em: 09/09/2022.

FORTUNA Crítica: Ciclo Renato Ortiz - 2. Identidade, nação e cultura. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/kPlqL7vU7Us?si=JM2-NXCnik97hJoa>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FREITAS, A. G. .; MIRANDA, G. U. . Peircean semiotics: Building possible paths for understanding the appropriation and resignification of national symbols . *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e36911729938, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29938. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29938>. Acesso em: 18 oct. 2023.

FREITAS, E.; BOAVENTURA, L. Enunciados aderentes: a bandeira do Brasil como ethos de apoio ao bolsonarismo nas eleições de 2022. *Revista Desenredo*, v. 18, n. 3, 10 nov. 2022.

FUNAI. Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022. Gov.br, [S. l.], p. 1-1, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022#:~:text=Último%20censo%20do%20IBGE%20registrou,Fundação%20Nacional%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GAVIN, Francesca. Raise Them Up: Flags in Contemporary Art. *Four corner books*, [S. l.], p. 1-4, 18 out. 2021. Disponível em: <https://www.fourcornersbooks.co.uk/articles/raise-them-up-flags-in-contemporary-art/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GERMANO, Beta. 9 artistas que ressignificaram a bandeira do Brasil nos últimos anos. [S. l.], 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.artequaeacontece.com.br/9-artistas-que-ressignificaram-a-bandeira-do-brasil-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 29 maio 2023.

HELLER, Eva. 1ª edição. A Psicologia das Cores: Como as Cores Afetam a Emoção e a Razão. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

IBGE. Censo aponta que 605,2 mil índios falam português no país: 293,9 mil se comunicam por pelo menos um dos 274 idiomas indígenas. Dados foram coletados pelo instituto para o Censo 2010. G1, [S. l.], p. 1-1, 10 ago. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/ibge-aponta-que-6052-mil-indios-falam-portugues-no-pais.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IBGE. Censo 2010. In: Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. [S. l.], 10 jun. 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

JACUPÉ, Kaká Werá. 2ª edição, 2020. A Terra dos Mil Povos. São Paulo: Peirópolis, 2020.

LOPES, Nei. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

LOURENÇO, Marina. De Anitta a Daniela Mercury, artistas anti-Bolsonaro vestem a bandeira do Brasil. Folha de São Paulo, [S. l.], p. 1-4, 8 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/de-anitta-a-daniela-mercury-artistas-anti-bolsonaro-vestem-a-bandeira-do-brasil.shtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

LUZ, Milton. A História dos Símbolos Nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino.. [S.l.]: Senado, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2022.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

MENEZES, J. M. F. de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, v. 9, n. 36, p. 83–104, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i36.8639642. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639642>. Acesso em: 7 set. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. 2ª edição, 2009. O Banquete dos Deuses. São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, Roberta Chaves. **A bandeira entre a estética e a política**. Orientador: D'Angelo, Biagio. 2019. 101 f. TCC (Bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24546>. Acesso em: 07/09/2022.

ORTIZ, Renato. 5ª edição, 1994. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEIRCE, Charles S. Semiótica: Estudos. 3ª. ed. São Paulo, Brasil: Perspectiva, [2005]. Disponível em: https://16763326039401149306.googlegroups.com/attach/8f46c4fdd0450345/PEIRCE-charles-s-e-m-i-o-t-i-c-a-p-d-f?part=0.1&view=1&vt=ANaJVrFte6ufwAxmfgGs4GbSshqjzESaI2ltlWIMySQ778J2-4DHupzm0kJSHD7O_05FG35XqnW7nM9JBPQHYwQ83TMp0rQgUfo21ZLxLMTR-r5ngX_zJy0. Acesso em: 23 out. 2023.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana, as formas de resistência. **São Paulo: Contexto**, 2010. Disponível em: https://www.google.pt/books/edition/Escravidão_no_Brasil/BcVnAwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em 15/06/2023

PROJETO QUERINO: Episódio 1- A grande aposta. Tiago Rogero. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 6 de agosto de 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast/>. Acesso em: 10/09/2022

PROJETO QUERINO: Episódio 2- O pecado original. Tiago Rogero. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 6 de agosto de 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast/>. Acesso em: 11/09/2022

RAMALDES, K. A Relação entre espectador e obra de arte. Revista *Aspas*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 149-161, 2016. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v6i1p149-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/111463>. Acesso em: 18 out. 2023.

RONNBERG, Ami. *O Livro dos Símbolos: reflexões sobre imagens arquetípicas*. [S.I]: Taschen, 2010.

SEGANFREDO, Thaís. “Índios, negros e pobres”: como a arte ressignificou a bandeira do Brasil. *Nonada*, [s. l.], p. 1-8, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2021/11/indios-negros-e-pobres-como-a-arte-ressignificou-a-bandeira-do-brasil/>. Acesso em: 29 maio 2023.

SEYSSEL, Ricardo. *Positivismo e a Bandeira Brasileira*. Relatório Acadêmico (Mestrado em Artes) Mestrado em Artes, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, data desconhecida. Disponível em: https://www.rickardo.com.br/arquivos/posit_bandbras.pdf. Acesso em: 07/09/2022.

SEYSSEL, Ricardo. *Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem o Brasil*. Orientadora: Ribeiro, Claudete. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Mestrado em Artes, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/99855>. Acesso em: 07/10/2022.

SILVA, José Bonifácio de Andrada et al. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sobre a escravatura. 1840*. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4492/1/016889_COMPLETO.pdf. Acesso em: 01/09/2023

SUCHANEK, Márcia Gomes O. Povos indígenas no Brasil: de escravos à tutelados. Uma difícil reconquista da liberdade. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 12, n. 1, p. 240-274, 2012.

TRÊS Raças Tristes. Intérprete: Reginaldo Bessa. Compositor: Reginaldo Bessa. In: TRÊS Raças Tristes. [S. l.: s. n.], 1978.

VALENTINO Garavani. In: Re-signify: the second chapter. [S. l.], 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.valentino.com/en-cl/experience/valentino-resignify-beijing>. Acesso em: 8 set. 2023.